

ONG Transparência Internacional investigada

Tofoli quer saber se ela recebeu recursos da Lava Jato

Por Ana Paula Marques

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli determinou, na segunda-feira (5), que a Organização Não-Governamental (ONG) Transparência Internacional seja investigada. A decisão de Toffoli tem como base uma notícia-crime de que a ONG teria recebido e administrado parte dos valores obtidos com multas pagas em acordos firmados pela Operação Lava Jato.

A organização nega ter recebido valores, porém, o ministro diz ser “duvidosa” a criação de uma fundação privada para administrar recursos derivados de pagamento de multa às autoridades brasileiras.

A notícia-crime foi apresentada pelo deputado Rui Falcão (PT-SP). No texto, é relatado que desde 2014 o Ministério Público Federal (MPF) atua em parceria com a Transparência Internacional para desenvolver ações “genericamente apontadas como ‘combate à corrupção’”. Toffoli afirma que nas cláusulas do acordo da ONG com o MPF, ao invés de os recursos serem destinados conforme as normas orçamentárias, seriam enviados para uma instituição privada com sede em Berlim, capital da Alemanha.

Ao se manifestar sobre o caso, a Procuradoria-Geral da República (PGR), apontou que a Transparência Internacional administraria o dinheiro de um fundo que seria abastecido com parte dos valores pagos pelo grupo J&F em seu acordo de leniência. J&F é a companhia dos irmãos Wesley e Joesley Batista que administra diversas empresas, entre elas a JBS.

Agora, o ministro da Suprema Corte cobra que sejam



Tofoli manda investigar Transparência Brasil, que nega acusações

apresentados dados sobre como a Transparência Internacional atuou neste período e se geriu parte dos recursos. Foi determinado também que o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU) participem da investigação.

ONG nega

Em nota, a ONG afirmou que “jamais recebeu ou receberia, direta ou indiretamente, qualquer recurso do acordo de leniência do grupo J&F ou de qualquer acordo de leniência no Brasil. A organização tampouco teria — e jamais pleiteou — qualquer papel de gestão de tais recursos”.

Ainda segundo a organização, “tais alegações já foram desmentidas diversas vezes pela própria Transparência Internacional e por autoridades brasileiras, inclusive pelo Ministério Público Federal. Apesar disso, estas fake news vêm sendo utilizadas há quase cinco anos em graves e crescentes campanhas

de difamação e assédio à organização.”

A ONG se defende: “Ataques às vozes críticas na sociedade, que denunciam a corrupção e a impunidade de poderosos, não podem ser naturalizados. Seguiremos cumprindo nosso papel na promoção da transparência e da integridade no Brasil e no mundo”, descreve em nota.

Multas suspensas

Na semana passada, Toffoli suspendeu multas impostas à empreiteira Novonor, antiga Odebrecht, no acordo de leniência firmado com o Ministério Público em 2016 no âmbito da operação Lava Jato. Toffoli autorizou que a empresa pedisse a renegociação do acordo junto à PGR e a CGU.

O ministro já havia suspenso o pagamento da multa de mais de R\$ 10 bilhões prevista no acordo de leniência da J&F, no final do ano passado. A suspensão vale até que a empresa consiga analisar todos os diálo-

gos apreendidos na Operação Spoofing — conhecida como Vaza Jato, que identificou um grupo que acessou contas de Telegram de autoridade.

A decisão do ministro do Supremo foi dada em resposta ao pedido da companhia feito na ação onde o Toffoli disse que a prisão do na época ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi “armação” e anulou provas usadas a partir do acordo de leniência da Odebrecht. Já na decisão que suspende a multa bilionária, o magistrado afirmou que se justifica porque existem dúvidas se o acordo foi fechado pela empresa de forma voluntária, conforme obrigatório em acordos de leniência.

Coincidência ou não, a suspensão desses acordos de leniência fora apontado na semana passada em relatório da Transparência Internacional como uma das razões pela qual, no índice de Percepção da Corrupção que a ONG mede em 180 países, o Brasil caiu 10 posições no ranking internacional.

Ministro Sabino comemora gastos de estrangeiros no país

“A cada novo dado divulgado, comprovamos como as políticas implementadas pelo governo federal por meio do Ministério do Turismo, juntamente com a promoção do nosso país desenvolvida pela Embratur, têm gerado resultados concretos que beneficiam diretamente a economia brasileira. E o escritório da ONU Turismo que inauguramos em dezembro, no Rio de Janeiro, será determinante para melhorarmos ainda mais esses números em toda a região das Américas e Caribe”. Essas foram as palavras do ministro do Turismo, Celso Sabino, após a divulgação, pela agência ONU, nesta segunda-feira (5), do ranking de arrecadação no setor de 20 países.

O volume de recursos deixados por turistas estrangeiros em 2023 no Brasil foi recorde – US\$ 6,9 bilhões, o equivalente a R\$ 34,5 bilhões – e levou o país a assumir a liderança sul-americana em termos de arrecadação no setor.

O Brasil detém ainda o segundo lugar em recuperação pós-pandemia nas Américas, com aumento de 15% em relação ao período pré-pandêmico, atrás apenas do México, e ocupa a 14ª posição no mundo. O México aparece na décima colocação. De acordo com o levantamento da ONU Turismo, o país com maior crescimento nas receitas deixadas por estrangeiros foi a Sérvia, com 79%.

Os recursos injetados no ano



Ministro do Turismo falou sobre os feitos da pasta

passado na economia brasileira por visitantes vindos do exterior superam em 1,5% a maior arrecadação obtida com o turismo internacional, registrada em 2014, quando o país foi sede da Copa do Mundo de futebol. A meta estabelecida no Plano Nacional de Turismo era de acréscimo de 8,58% na receita gerada pelo turismo internacional em 2023, mas o resultado apurado mostrou crescimento anual de 41%. Em 2022, os turistas internacionais deixaram no Brasil US\$ 4,9 bilhões.

Em entrevista à Agência Brasil, Sabino disse que o número recorde foi resultado de vários es-

forços empreendidos pelo governo federal “no sentido de mostrar o Brasil para o mundo, da forma como o Brasil realmente é”. Sabino lembrou que as diversas visitas feitas pelo presidente Lula a outros países e destaque que o Brasil foi reconhecido pelo Banco Mundial como a nona maior economia do planeta no fim do ano passado.

“Nosso país vem sendo chamado inclusive para mediar conflitos bélicos pelo mundo. Você vê a agenda do presidente Lula sendo disputada tanto pelo presidente da Rússia quanto pelo presidente da Ucrânia, por exemplo. Há uma maciça campanha de promoção

dos nossos principais atrativos no mercado internacional, nas grandes feiras. E hoje, nós estamos podendo comemorar o recorde de R\$ 34,5 bilhões gastos por turistas estrangeiros, em 2023”.

Em agosto do ano passado, quando o Brasil superou a marca histórica para o mês, o ministro já começou a vislumbrar que 2023 se apresentaria como um ano de bons números para o turismo.

Perspectivas

Celso Sabino disse acreditar que o resultado deste ano será ainda melhor. Ele destacou que houve recorde de público nas festas de réveillon realizadas em todo o país, e ressaltou que Fortaleza registrou, em um único dia de evento, 1 milhão de pessoas. “Maceió batendo recorde de público, como Salvador, Recife, Rio de Janeiro. A crença de que o nosso país é um atrativo turístico e apresenta todas as condições para se empreender turismo, tanto por estrangeiros, como por nacionais, está ganhando corpo e uma forma orgânica e muito rápida”, enfatizou.

Para o ministro, o carnaval deste ano deverá ter maior movimento de pessoas fazendo turismo no Brasil. Pesquisa do Ministério do Turismo sinaliza que mais de um terço da população brasileira deve fazer turismo no versão até março, sendo boa parte desse público no carnaval.

Informações de Alana Gandra (Agência Brasil)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Carlos Moura/SCO/STF



Indicado pelo ex-presidente comandará tribunal

Marques e Mendonça no TSE dão esperança a Bolsonaro

A ascensão, em 2026, dos ministros Nunes Marques e André Mendonça para os cargos de presidente e vice do Tribunal Superior Eleitoral tem animado os que ainda cultivam a possibilidade de reversão da inegibilidade de Jair Bolsonaro (PL). O ex-presidente indicou Marques e Mendonça para o Supremo Tribunal Federal. Dos sete integrantes do TSE, três são integrantes do STF, que

acumulam funções nas duas cortes por quatro anos. O presidente e o vice da corte eleitoral são sempre ministros do STF. Em junho deste ano, Alexandre de Moraes deixa o TSE e será substituído na presidência pela atual vice, Carmén Lúcia — Marques irá para o seu lugar. A ministra deixará o cargo em em agosto de 2026, quando Marques assumirá a presidência e, Mendonça, a vice.

Expectativa

Para bolsonaristas, mudanças no comando e na composição do TSE criariam ambiente favorável a Bolsonaro. Em junho, sua inegibilidade foi decidida por cinco votos a dois. Marques foi um dos que votaram contra, Mendonça não votou (era e é ministro substituto no TSE).

Sobe e desce

Em dezembro, Alexandre de Moraes rejeitou recurso de Bolsonaro e o caso foi para o STF. Aliados do ex-presidente afirmam que uma decisão favorável poderá fazer o caso voltar para o TSE, que estará sob o comando de Marques e Mendonça na eleição de 2026.

Valter Campanato/Agência Brasil



Ministro é alvo do presidente da Câmara

Lira reclama de versões de acordos feitas por Padilha

A irritação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, tem um motivo principal. Na avaliação de Lira, o petista é especialista em não transmitir com fidelidade os acertos que, em nome do governo, faz com o Congresso. Ele combinaria de um jeito e levaria de outra ma-

neira para o Palácio do Planalto. Com isso, instalaria uma confusão: Lula autorizaria medidas com base no relato levado pelo ministro, diferente daquele que fora acertado. Isso acaba, dizem aliados de Lira, gerando confusão e problemas. Para evitar novos mal-entendidos, Lira decidiu priorizar as conversas com Rui Costa, ministro da Casa Civil.

Questionado

Muita gente no PL vê com reservas a indicação de Ricardo de Mello Araújo para candidato a vice-prefeito de São Paulo na chapa de Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição. Preferido de Jair Bolsonaro, Araújo é coronel aposentado da Polícia Militar paulista.

Gestão

Nunes tenta escapar da imagem de radicalismo até para não cair no jogo de Lula — o presidente insiste que a eleição paulistana será uma reedição do embate nacional com o bolsonarismo. O atual prefeito e o MDB vão tentar despolitizar o pleito e focar na gestão.

Ex da Rota

Deputados do partido ressaltam que candidato a vice não costuma gerar impactos eleitorais, mas que o nome do coronel colabora para dar um perfil radical à chapa. Araújo foi comandante da Rota, tropa de elite da PM que ficou célebre pelo uso da violência.

Radicalismo

A ida de Araújo para a chapa atrapalharia a estratégia do MDB de se contrapor ao radicalismo que atribuam a Guilherme Boulos (Psol). Presidente do PL, Valdemar Costa Neto levou o nome do coronel para Nunes, mas também citou outros três possíveis candidatos.